Sumário

Prefácio
Rosemiro Pereira Leal 9

Notas do Autor 13

Introdução Geral 15

Capítulo 1
Demarcação Democrática, Cidadania no Brasil e Identidade do Sujeito Constitucional no Discurso Jurídico-Processual 19
1.1 Primeiros passos rumo à organização do tema 19
1.2 Contornos da formação histórica, política e econômica da sociedade brasileira: um esboço sobre a difícil formação do instituto da cidadania 20
1.3 Civilização, sociedade civil, cidadania e a noção de Estado na democracia 23
1.4 Problematizando a etimologia da palavra *identidade* 28
1.5 Últimas e penúltimas palavras 30

Capítulo 2
Processo Constitucional e Democracia 33
2.1 Abertura temática 33
2.2 Falando de decisão e totalitarismo 34
2.3 Teorias do *Processo* e totalitarismo 34
2.4 Direito Processual como espaço-discursivo assegurador de garantias constitucionalmente fundamentais 41

Capítulo 3
Hermenêutica Constitucional e Processo Legislativo 43
3.1 Introdução 43
3.2 Aspectos conceituais sobre a racionalização do Direito em Max Weber 45
3.3 Breves comentários sobre as discussões que se levantaram na história com o advento do *espaço político* de construção de leis 49
3.4 Espaço público-discursivo e compreensão da legitimidade decisória: insuficiência democrática do controle de constitucionalidade na instância *interna corporis* 55
3.5 A supremacia constitucional em face da norma regimental indicativa de princípios legiferativos 70

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.6 Inafastabilidade da jurisdição na fiscalidade interpretante de Texto Constitucional 76

Capítulo 4
A *Lei* como Provimento Popular de Origem Legislativa 83
4.1 Pressupostos processuais de desenvolvimento válido e regular da formação da lei ao longo do *procedimento legislativo* 83
4.2 Fiscalidade irrestrita pelo direito-de-ação coextenso ao procedimento como controle preventivo de constitucionalidade do processo legislativo 86
4.3 Direito-de-ação como expressão da soberania popular (cidadania) no âmbito da produção e aplicação de normatividade jurídica 90

Capítulo 5
Processo Constitucional e Procedimento Legislativo 93
5.1 Devido processo constitucional e legitimidade normativa 93
5.2 O caráter insatisfatório da dirimência *interna corporis* de conflito normativo regimental na produção das leis 95
5.3 Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal da problemática analisada 96
5.3.1 Julgamento do Mandado de Segurança nº 20.257 96
5.3.2 Julgamento de medida cautelar em Mandado de Segurança nº 22.503 97
5.3.3 Julgamento de medida cautelar em Mandado de Segurança nº 23.087 99
5.3.4 Julgamento do Mandado de Segurança Preventivo nº 24.138 102
5.3.5 Julgamento do Mandado de Segurança nº 28.213 103

Capítulo 6
Considerações Críticas à Ancestralidade Jurisprudencial do Decisionismo *Interna Corporis* no Supremo Tribunal Federal 105
6.1 Introdução 105
6.2 Por um outro controle de constitucionalidade das leis no Brasil 107
6.3 A fiscalidade de atos jurídicos pela via da arguição de descumprimento de preceito fundamental: análise dos vetos à Lei nº 9.882/99 e negativa do controle de constitucionalidade jurisdicional preventivo 109
6.4 Legitimados à fiscalidade processual e as ações constitucionais respectivas 112

Referências 119

Índice de Assuntos 127

Índice da Jurisprudência 133

Índice Onomástico 135

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br